



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2015

PRAZO: de 10 de fevereiro de 2015 a 09 de fevereiro de 2016

Ata de registro de preços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede e Prefeitura na Praça Ângelo Mezzomo, s/nº, Centro, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.455/0001-56, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Sr. **Frank Ariel Schiavini**, inscrito no CPF sob o nº 938.311.109-72 e RG nº 5.767.644-2 e do outro, a empresa **OVIDIO GAMBIM ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Vereador Orlando Ferri, 530 – São Cristovão, na cidade de Coronel Vivida, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.882.240/0001-06, neste ato representada pelo Sr. **Ovidio Gambim**, inscrito no CPF sob o nº 627.457.949-49 e RG nº 3.525.636-9, a seguir denominada **DETENTORA**, vencedora da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo menor preço POR ITEM, para o **REGISTRO DE PREÇOS**, para futuras e eventuais aquisições de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A FIM DE ATENDER O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, EJA, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, AABB COMUNIDADE E PROGRAMA FONTE DE TALENTOS, BEM COMO AS DEMAIS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR**, fundamentados na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº 1.708 de 18 de setembro de 2003, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Decreto Municipal nº 3263 de 28 de setembro de 2006, Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar Municipal nº 18 de 20 de dezembro de 2007, e demais legislação aplicável a matéria, em estrita observância aos Diplomas Legais que norteiam as Licitações e Contratos Administrativos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

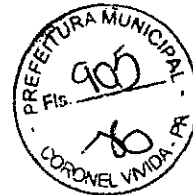
CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1. A presente Ata tem por objeto constituir o **REGISTRO DE PREÇOS**, para **FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS A FIM DE ATENDER O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, EJA, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, AABB COMUNIDADE E PROGRAMA FONTE DE TALENTOS, BEM COMO AS DEMAIS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR**, conforme descrição:

LOTE	ITEM	QNTD	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	VL UNIT	VL TOTAL
1	26	15.000,0	KG	MACA NACIONAL, VERMELHA, IN NATURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, MATURACAO QUE PERMITA SUPORTAR A MANIPULACAO, FIRME E INTACTA, SEM LESOES, RACHADURAS, PERFURACOES OU CORTES, AUSENCIA DE SUJIDADE, PARASITAS E LARVAS.	CANTU	5,50	82.500,00
1	36	3.000,0	duz	OVOS, CLASSE A, BRANCOS, EMBALAGEM CONTENDO 12 UNIDADES, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.	REDE FORTE	3,90	11.700,00
1	37	1.000,0	duz	OVOS, CLASSE A, VERMELHO EM EMBALAGENS COM 12 UNIDADES, COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE E PRAZO DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERA TER	REDE FORTE	3,90	3.900,00



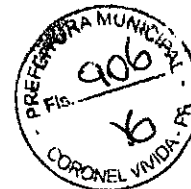
MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



				REGISTRO NO MINISTERIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTERIO DA SAUDE.			
1	58	6.200,0	KG	CARNE BOVINA, TIPO PALETA, PICADA, RESFRIADA OU CONGELADA, ACONDICIONADA EM SACOS PLASTICOS TRANSPARENTES, DEVIDAMENTE FECHADOS, HIGIENIZADOS E LIVRES DE QUALQUER SUJIDADE.	NOVICARNE	13,80	85.560,00
1	60	10.000,0	KG	CARNE FRANGO TIPO COXA-SOBRE COXA, CONGELADA, PICADA, LIVRE DE PARASITOS E DE QUALQUER SUBSTANCIA CONTAMINANTE QUE POSSA ALTERA-LA OU ENCOBRIR ALGUMA ALTERACAO, ACONDICIONADA EM PLASTICO TRANSPARENTE E ATOXICO, LIMPO, NAO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO.	COPACOL	6,42	64.200,00
1	65	700,0	KG	CARNE SUINA, TIPO LOMBO, PICADO EM BISTECAS, RESFRIADA, ACONDICIONADA EM SACOS PLASTICOS TRANSPARENTES, DEVIDAMENTE FECHADOS, HIGIENIZADOS E LIVRES DE QUALQUER SUJIDADE.	SZURA	13,16	9.212,00
1	77	1.500,0	KG	PRESUNTO COZIDO FATIADO COM 100% DE CARNE SUINA, SEM CAPA DE GORDURA.	DALIA	18,45	27.675,00
1	84	2.000,0	KG	FILE DE TILAPIA, RESFRIADO OU CONGELADO.	COPACOL	24,00	48.000,00
1	90	20,0	LAT	ABACAXI EM CALDA, APRESENTACAO CORTE EM RODELAS, EMBALADO EM LATA, ISENTA DE FERRUGEM, NAO AMASSADA, NAO ESTUFADA, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, EMBALAGEM NAO VIOLADA. PESO APROXIMADO 400G.	REDE FORTE	6,00	120,00
1	101	30,0	PCT	ARROZ PARBOILIZADO ATE TIPO 2, LONGO, FINO, CONSTITUIDOS DE GRAOS INTEIROS, ISENTO DE SUJIDADES E MATERIAIS ESTRANHOS, EM PACOTES COM 2 KG.	URBANO	3,91	117,30
1	107	30,0	PCT	BATATA PALHA INTEGRA E CROCANTE, EMBALADA EM PLASTICO RESISTENTE, EMBALAGEM DE 500 GR.	BISTEX	7,52	225,60
1	117	11.850,0	PCT	BOLACHA DE FUBA PACOTES DE 01 KG. SERAO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS E QUEIMADOS.	SAO CRISTOVAO	15,99	189.481,50
1	121	25,0	PCT	BOLINHAS DE CHOCOLATE EMBALADAS SEPARADAMENTE EM PAPEL LAMINADO, PCTS COM 100 UNIDADES.	DANUBIO	8,47	211,75
1	122	250,0	PCT	BOMBOM VARIOS SABORES, EMBALAGEM DE 01 KG.	DANUBIO	21,43	5.357,50
1	125	2.000,0	VD	CAFE SOLUVEL, GRANULADO, TIPO EXPORTACAO EM VIDROS COM 200 GRAMAS	PELE	10,24	20.480,00
1	131	1.150,0	PCT	CANJICA DE MILHO BRANCO TIPO 1, CONTENDO 80% DE GRAOS INTEIROS, PREPARADOS COM MATERIAS PRIMAS SAS, LIMPAS, ISENTAS DE MATERIAS TERROSAS, PARASITOS E DE DETRITOS	BEIJA FLOR	2,13	2.449,50



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



				ANIMAIS OU VEGETAIS COM NO MAXIMO DE 15% DE UMIDADE: EMBALAGEM DE 500G			
1	137	1.500,0	CX	CHA DIVERSOS SABORES EM CAIXAS DE 40 GR, COM 25 SAQUINHOS CADA.	LARANJEIRAS	2,80	4.200,00
1	154	11.500,0	KG	CUCA SOVADA, TIPO CASEIRA	SAO CRISTOVAO	9,65	110.975,00
1	156	1.060,0	UN	DOCE DE LEITE PASTOSO EM POTES DE 1 KG.	AUREA	5,82	6.169,20
1	179	50,0	CX	GOMA TIPO AMERICANA DE 30X40GR SORTIDA COM 30 UNIDADES.	DORI	16,88	844,00
1	210	50,0	UN	PAPAI NOEL DE CHOCOLATE EMBALADO EM PAPEL LAMINADO POTES COM 20 UNIDADES DE 25 GR. CADA.	ROMA	10,28	514,00
1	216	50,0	PCT	PIRULITO COM RECHEIO, MASTIGAVEL, DIVERSOS SABORES, EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	SIMONETTO	8,13	406,50
1	227	50,0	CX	SORVETE SECO, COM 50 UNIDADES.	SOBORE	13,39	669,50
1	228	1.790,0	UN	SUCO CONCENTRADO, SEM CORANTES ARTIFICIAIS, COM CONSERVACAO FORA DE REFRIGERACAO, VARIOS SABORES EMBALAGEM DE 500 ML	DE CASA	4,81	8.609,90
1	230	50,0	CX	SUSPIRO DOCE EMBALAGENS COM 50 UNIDADES.	SABORE	13,39	669,50
1	231	50,0	CX	TETA DE NEGA EMBALAGENS COM 50 UNIDADES.	SABORE	13,39	669,50
1	232	50,0	CX	TORRONE EMBALAGENS COM 50 UNIDADES.	SABORE	19,90	995,00
1	252	2.500,0	CX	BOMBOM, DIVERSOS SABORES, EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 200 GRAMAS.	DANUBIO	5,98	14.950,00
1	254	2.500,0	UN	PIRULITO MEDIO, ENROLADO, EM CIRCULOS COLORIDOS, IGUAL AO DO PERSONAGEM CHAVES, COMPOSTO DE ACUCAR, GLIGOSE E CORANTES, PESO APROXIMADO DE 50G, EMBALADO COM PLASTICO TRANSPARENTE	SIMONETTO	3,99	9.975,00
VALOR TOTAL ESTIMADO						710.837,25	

(setecentos e dez mil e oitocentos e trinta e sete reais e vinte e cinco centavos)

CLÁUSULA SEGUNDA: DA PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

2. Esta Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por outro órgão ou entidade da Administração, mediante consulta prévia à Contratante.

2.1. Caberá a DETENTORA da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento dos produtos, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3. As despesas decorrentes da aquisição dos produtos, objeto desta ata de registro de preços, serão pagas por intermédio das dotações orçamentárias de cada departamento, conforme abaixo descrito:

Órgão/ unidade	Unidade	Funcional Programática	Elemento	Fonte	Código Reduzido
05/01	Depto. de Educação	05.001.12.306.0019.2.013	3.3.90.32	000	1385
05/01	Depto. de Educação	05.001.12.306.0019.2.013	3.3.90.32	110	1386



3.1. As despesas de outros órgãos ou entidades da Administração que utilizem desta Ata correrão por sua conta.

3.2. A CONTRATANTE reserva se o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da quantidade estimada.

CLÁUSULA QUARTA: DOS PREÇOS

4. Os preços dos produtos a serem adquiridos, são os constantes da presente Ata, ofertados pela DETENTORA, classificada com os menores preços.

4.1. A Contratante monitorará os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos produtos registrados.

4.1.1. A Contratante convocará a detentora para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

4.1.2. Antes de receber a nota de empenho e caso seja frustrada a negociação, a detentora poderá ser liberada do compromisso assumido, caso comprove, mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, despesas de pessoal, etc), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

4.1.3. Não será concedido nenhum reajustamento de preços no período da contratação, ressalvada a hipótese de aplicação do art. 65, Inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, que prevê a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

5. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura.

5.1. A contratante poderá a qualquer tempo rescindir a Ata, independentemente de infringência contratual por parte da detentora, mediante notificação prévia de 15 (quinze) dias, sem aplicação de multas, tendo em vista o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

6. Cumprir o objeto da Ata de Registro de Preços, efetuando a entrega dos produtos especificados no edital de **Pregão Presencial nº 01/2015**, adjudicados no certame dentro do prazo determinado pela CONTRATANTE, de acordo com o preço registrado e a cláusula oitava.

6.1. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

6.2. Assumir, com responsabilidade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do fornecimento do objeto desta ata, e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoal e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela CONTRATANTE.

6.3. Responder perante a CONTRATANTE e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, no fornecimento do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erros relativos à entrega do objeto.

6.4. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a CONTRATANTE.

6.5. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



6.6. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da DETENTORA com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa do Contratante.

6.7. Manter-se, durante toda a vigência desta Ata, em compatibilidade todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.8. Responsabilizar-se pelos ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais que se fizerem necessários para a boa execução do objeto da contratação. As despesas com qualquer tipo de análise do material no ato da entrega, caso seja necessário, correrão por conta da detentora.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS ÓRGÃOS OU ENTIDADES PARTICIPANTES

7. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a DETENTORA, efetuando os pagamentos de acordo com a Cláusula Nona.

7.1. Notificar, formal e tempestivamente, a DETENTORA sobre as irregularidades observadas no cumprimento da contratação.

7.2. Notificar a DETENTORA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

7.3. Acompanhar o fornecimento do objeto contratado, efetuada pela DETENTORA, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão de fornecimento.

7.4. Fiscalizar a entrega por um representante da CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do fornecimento e de tudo dará ciência à Administração, conforme Artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.5. O Departamento de Administração será responsável pela prática de todos os atos de controle do registro de preços.

CLÁUSULA OITAVA - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

8. Os produtos objeto desta ATA deverão ser entregues somente mediante nota de empenho. As quantidades apresentadas são apenas estimativas, não obrigando a prefeitura a adquiri-las. Os produtos serão registrados pelo prazo de 12 (doze) meses e conforme as condições estabelecidas deste edital.

8.1. Os produtos objeto desta ATA deverão ser entregues conforme descrição do item ganho, nos locais abaixo mencionados, ou em qualquer outro prédio público localizado no perímetro urbano do município de Coronel Vivida, mesmo que não mencionado, correndo por conta da DETENTORA as despesas de transporte, seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

8.2. Os produtos deverão ser entregues nos locais abaixo:

Nº	Local	Endereço
1	Escola Municipal São Cristóvão	Rua Vereador Orlando Ferri
2	Escola Municipal Sete de Setembro	Rua Guiosepe Guarneri
3	Escola Municipal Juventino Rufatto	Rua Presidente Costa e Silva, 264
4	Escola Municipal Tiradentes	Rua Primo Zeni, s/n
5	Escola Municipal Dr. Ulisses Guimarães	Rua Dornevil Danguí
6	Escola Municipal Presidente Kennedy	Rua João Paulo II
7	Escola Municipal Prefeito Paulino Stédile	Rua Iguaçu, 326
8	Escola Municipal Vista Alegre	Rua Frederico Berger, s/n
9	Escola Rural Municipal Maria da Luz	Localidade Abundância
10	Escola Rural Municipal Santa Lúcia	Localidade Santa Lúcia
11	Centro Municipal de Educação Infantil Primavera	Rua Valdomiro Castro, s/n - Bairro Primavera
12	Centro Municipal de Educação Infantil Arco Íris	Rua Clevelândia
13	Centro Municipal de Educação Infantil Aquarela	Rua Primo Zeni
14	Centro Municipal de Educação Infantil Vó Erna	Rua Dr. Francisco Beltrão, 866



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



15	Centro Municipal de Educação Infantil Dona Emma Boing Hort	Rua Projetada I, Bairro São Cristóvão
16	Programa Fonte de Talentos (Complexo Esportivo Barro Preto)	Rua Clevelândia, s/n
17	AABB Comunidade	Rua Santa Catarina, s/n
18	Departamento de Educação e Cultura (Centro Cultural)	Rua Major Estevão Ribeiro do Nascimento, 570, esquina com Rua Dr. Claudino dos Santos
19	Corpo de Bombeiros	Rua Clevelândia, 799, Bairro São Luis
20	Agência do Trabalhador	Rua XV de Novembro, 147
21	Departamento de Agricultura	Praça Ângelo Mezzomo, s/n
22	Departamento de Meio Ambiente	Praça Ângelo Mezzomo, s/n
23	Centro de Atendimento Psicossocial-CAPS	Praça José Auache s/n
24	Casa Familiar Rural	Bairro Flor da Serra
25	Departamento de Obras, Viação e Urbanismo	Rua Primo Zeni, esquina com Benjamim Bordim, s/n
26	Administração	Praça Angelo Mezzomo, s/n
27	Departamento de Saúde	Rua Romário Martins, 154
28	UBS Bairro Jardim Maria da Luz	Rua Celeste Foppa, 223
29	UBS BNH	Rua Jose Fopa, s/n, Bairro BNH
30	UBS Vista Alegre	Rua Bahia, s/n
31	UBS São José Operário	Rua Otílio C. Weiss, s/n, Bairro São José Operário
32	Estratégia Saúde da Família São Cristóvão	Rua Tranquilo Decarli s/n
33	Departamento de Promoção Humana	Rua Candido Inácio de Lima, s/n, Bairro Jardim Primavera II
34	Centro da Juventude	Rua Santa Catarina, 139
35	Casa Lar	Rua Clevelândia, s/n
36	Geração de Renda	Rua José Foppa, s/n, Bairro Industrial
37	Conselho Tutelar	Avenida Generoso Marques, casa de pedra, s/n
38	Departamento de Esporte	Rua Clevelândia, s/n
39	Centro de Referência em Assistência Social	Rua Candido Inácio de Lima s/n, Primavera II

8.3. Para as escolas do interior (Abundância, Vista Alegre e Santa Lúcia), os produtos deverão ser entregues 01 (uma) vez por semana sendo nas segundas – Feiras e deverão ser entregues nos locais referenciados acima. Já para as escolas do perímetro urbano do município, as entregas serão efetuadas 02 (duas) vezes por semana, sendo nas Segundas e Quartas – Feiras, nos endereços acima mencionados, sendo que o Departamento de Educação passará cronograma de entrega dos produtos, para as proponentes vencedoras, com antecedência mínima de 04 (quatro) dias.

8.4. Para os demais departamentos e secretarias, o prazo de entrega dos produtos é de até 24 (vinte) e quatro horas contados do recebimento da Autorização de Fornecimento ou empenho.

8.5. A contratante poderá a qualquer tempo rescindir a ata de registro de preços independentemente de infringência contratual por parte da detentora, mediante notificação prévia de 15 (quinze) dias, sem aplicação de multas, tendo em vista o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9. O preço ajustado será pago através da Tesouraria da contratante, diretamente em conta corrente bancária em nome do favorecido, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao fornecimento e aceitação dos produtos.



MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA
ESTADO DO PARANÁ



9.1. Caso os dias previstos para pagamentos cair em finais de semana ou feriados, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil após o feriado ou final de semana.

9.2. O pagamento será feito mediante crédito em conta corrente da DETENTORA.

9.3. Não será concedido nenhum reajustamento de preços no período da contratação, ressalvada a hipótese de aplicação do art. 65, Inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, que prevê a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial.

9.4. A fatura deverá ser apresentada no Setor de Compras, devidamente identificados, o número da licitação e da Ata de Registro de Preços.

9.5. A nota fiscal, deverá estar acompanhada das certidões negativas do INSS e do FGTS, devidamente válidas, para que seja efetuado o pagamento, sendo que é de responsabilidade do fornecedor, manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas na licitação (regularidade fiscal).

9.6. Considerando a Norma de Procedimento Fiscal nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010, o item 6 da Normas de Procedimentos Fiscais nº 095/2009 passa a vigorar com a seguinte redação:

"9.6.1. Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:

9.6.1.1 destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

9.6.1.2 com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;

9.6.1.3 de comércio exterior."

9.7. Empresas que não apresentarem NF'e conforme orientações acima descritas terão seus pagamentos retidos até a apresentação da nota fiscal, de acordo com normatização exarada pela Receita Estadual do Paraná, Norma de Procedimentos Fiscais nº 067/2010 de 27 de Agosto de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10. A CONTRATANTE, através do setor competente, fiscalizará o fornecimento dos produtos e verificará o cumprimento das condições solicitadas, no todo ou em parte, visando a averiguação dos produtos às condições e especificações requisitadas.

10.1. O ato da fiscalização da execução da ata de registro de preços não desobriga a DETENTORA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

11. O preço registrado poderá ser cancelado nos seguintes casos:

11.1. Pela contratante, quando:

a) A DETENTORA descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) A DETENTORA não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) A DETENTORA der causa a rescisão administrativa da ata de registro de preços;

d) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da ata de registro de preços;

e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) Por razões de interesse público devidamente fundamentadas;

11.2. Pela DETENTORA quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de fornecer o objeto de acordo com a Ata de Registro de Preços.

11.3. Nas hipóteses previstas no subitem 11.2, a comunicação do cancelamento do preço registrado será publicada na Imprensa Oficial Municipal juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.4. A solicitação da DETENTORA para cancelamento do registro de preço deverá ser protocolada na Prefeitura do Município de Coronel Vivida – PR, facultada a esta a aplicação das



sanções administrativas previstas no Edital e nesta Ata, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado à DETENTORA o contraditório e a ampla defesa.

11.5. Cancelada a Ata em relação a uma DETENTORA, a Administração poderá contratar com aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço.

11.6. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pela contratante, a DETENTORA será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.7. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da DETENTORA, a comunicação será feita na Imprensa Oficial Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

12.1.2. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação, não mantiver a proposta apresentada, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º. Da lei 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no Contrato/Ata de Registro de Preços e das demais cominações legais.

12.2. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas aqui previstas, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, conforme segue:

12.2.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro de preços, no caso da vencedora dar causa ao cancelamento da mesma ou descumprir com as condições pactuadas neste termo.

12.2.2. Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da Autorização de Fornecimento ou da Nota de Empenho, por dia de atraso, no caso da vencedora não cumprir as condições de entrega e recebimento do objeto estabelecidas na cláusula oitava, até o limite máximo de 10 (dez) dias corridos, quando dar-se-á por cancelada a Ata de Registro de Preços.

12.3. Constituem hipóteses que podem determinar adoção das sanções de suspensão e declaração de inidoneidade:

- a) inexecução total de obrigações contratuais;
- b) inexecução parcial de obrigações contratuais;
- c) de pessoas físicas ou jurídicas que tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- d) prática de atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação (são exemplos de ilicitudes: falsear dados e demonstrativos, apresentar declarações falsas, apresentar documentos com falsidade ideológica, oferecer amostras diversas da detentora, realizar combinações indevidas, do tipo jogo de planilhas e arranjos escusos, entre outras);
- e) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO

13. A publicação do presente instrumento, em extrato, na Imprensa Oficial do Município, ficará a cargo da Administração e, da contratação por outros órgãos ou entidades da Administração que utilizarem desta Ata, por conta desses, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14. Integram esta Ata de Registro de Preços o Ato Convocatório - **Pregão Presencial nº 01/2015** e seus anexos, bem como a proposta de preço escrita formulada pela DETENTORA da Ata, constando os preços de fechamento da operação e a documentação de habilitação, de cujos teores as partes declaram ter conhecimento e aceitam, independentemente de sua anexação.

14.1. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a esta Ata, definirem sua extensão, e dessa forma, regerem a execução adequada do instrumento ora celebrado.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito do Município, observadas às disposições estabelecidas na legislação vigente.

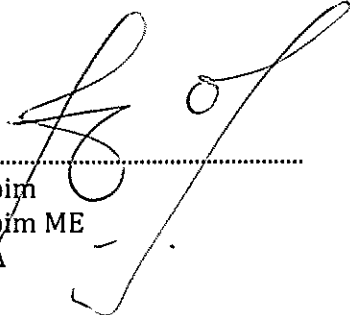
14.3. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à licitação, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrente.

14.4. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Coronel Vivida-PR, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro;

E, por estarem justos e acordados, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo, de tudo cientes, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Coronel Vivida, 10 de fevereiro de 2015.


.....
Frank Ariel Schiavini
Prefeito Municipal
CONTRATANTE


.....
Ovidio Gambim
Ovidio Gambim ME
DETENTORA

Testemunhas:

.....

.....

05.00 - Departamento de Educação - 05.01 - Divisão de Educação - 12.361.0011.2.011.900 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento Educação Básica - Fundeb (40%) - 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Fonte (01102).

05.00 - Departamento de Educação - 05.01 - Divisão de Educação - 12.361.0011.2.011.900 - Manutenção do Ensino Fundamental - Recursos Educação - 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - Fonte (01103).

08.00 - Departamento de Saúde - 08.01 - Fundo Municipal de Saúde - 10.301.0010.2.025.000 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Fonte (01000) (01103) (31495).

10.00 - Departamento de Agricultura e Meio Ambiente - 10.01 - Divisão de Agricultura - 20.606.0020.2.031.000 - Assistência Produtor Rural - 33.90.39 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica - (01000).

11.00 - Departamento de Viação e Serviços Urbanos - 11.01 - Divisão de Serviços Rodoviários - 26.782.0023.2.033.000 - Conservação e Melhorias estradas Vicinais - 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Fonte (01000).

Os recursos que não forem utilizados o saldo fica automaticamente extinto. DA REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS: A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo a Administração convocar os fornecedores registrados para negociar novos valores, conforme parte final do artigo 10 do Decreto Municipal nº 43/2007. DO REAJUSTE DO REGISTRO DE PREÇOS: Durante a vigência da ata de registro de preços, estes serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese prevista na alínea "d", do inciso II, do Artigo 65 da Lei 8.666/93. DO PRAZO: O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 (doze) meses. Município de Mariporã - Contratante - Marín Eduardo Lopes Paulek - Prefeito Municipal. 3 de fevereiro de 2015.

MUNICÍPIO DE CORONEL VÍVIA - ESTADO DO PARANÁ

RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Referente ao Edital Pregão Presencial nº 01/2015. OBJETO: registro de preços para futuras e eventuais aquisições das seguintes mercadorias e/ou de prestação de serviços: Material de Consumo para o Aluno das Escolas Municipais, Lâmpada, Cadeira, Material de Educação Infantil, BANCOS, Computador e Toner para Impressão, bem como as pontas secundárias e dependentes do Município de Coronel Vívica - PR.

5º registro de preços, 12 (doze) meses, de 10 de fevereiro de 2015 a 09 de fevereiro de 2016

Coronel Vívica, 10 de fevereiro de 2015. Frank Schiavini, Prefeito Municipal.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	FONHECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
14/2015	AB SUPERMERCADOS LTDA	01.870.879/0001-01	254.004,03
14/2015	ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORONEL VIVIA - APAE	80.190.307/0001-01	254.004,03
14/2015	DECAIR SUPERMERCADO LTDA	08.278.091/0001-10	271.903,85
14/2015	EVANGELIZ CARLOS TOLENTINO	08.954.872/0001-48	307.344,44
14/2015	H.E. IMPORT E COM DE LATICINIOS LTDA	03.197.690/0001-24	274.350,45
14/2015	NEOFRONT COMERCIAL LTDA	01.619.213/0009-16	2.429,74
14/2015	OVADO GABRIEL - LIE	07.882.240/0001-08	170.837,25

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 029/2015

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 52, item XXIV conjugado com o Artigo 77, item II da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, em virtude de habilitação em Concurso Público, a Senhora EDILENE MIRANDA (DANIEL), portadora de cédula de identidade sob o nº 6.893.084-5 e do CPF sob o nº 027.387.644-08, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR, com 20 (vinte) horas semanais, a partir de 10/02/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

ALMIR MACIEL COSTA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 030/2015

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 52, item XXIV conjugado com o Artigo 77, item II da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, em virtude de habilitação em Concurso Público, a Senhora MARCIA PATRICIA CARDOZO, portadora de cédula de identidade sob o nº 0041589-6 e do CPF sob o nº 071.637.309-82, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR, com 20 (vinte) horas semanais, a partir de 10/02/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 10 de fevereiro de 2015.

ALMIR MACIEL COSTA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 031/2015

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 52, item XXIV conjugado com o Artigo 77, item II da Lei Orgânica do Município e ainda aprovado na Seção XIX, Artigo 52, V e § 4º da Lei Municipal nº 372/2005 de 09/09/2005, que dispõe sobre Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Magistérios Públicos Municipais de Sulina, Estado do Paraná.

RESOLVE:

Artigo 1º - Por necessidade dos serviços fica concedida ampliação da carga horária, a partir de 10 de fevereiro de 2015, para a Servidora a seguir relacionada:

MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR	HORAS AMPLIADAS
6033-1	CRISTIANE PIATKOSKI	20 HORAS SEMANAIS

Artigo 2º - As horas amplias conforme "capa" são designadas para o docente do ensino fundamental dos nove anos (EF1), atuar junto a Secretaria Municipal de Educação deste Município, em turno diurno ou do noturno.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 10 de fevereiro de 2015.

ALMIR MACIEL COSTA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 032/2015

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 52, item XXIV conjugado com o Artigo 77, item II da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, em virtude de habilitação em Concurso Público, o Senhor SIDNEI LAZARETTI, portador de cédula de identidade sob o nº 7.884.838-8 e do CPF sob o nº 018.275.599-32, para exercer em caráter efetivo o cargo de MOTORISTA, com 4 (quatro) horas semanais, a partir de 10/02/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 10 de fevereiro de 2015.

ALMIR MACIEL COSTA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 033/2015

O Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 52, item XXIV conjugado com o Artigo 77, item II da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear, em virtude de habilitação em Concurso Público, o Senhor SIDNEI LAZARETTI, portador de cédula de identidade sob o nº 7.884.838-8 e do CPF sob o nº 018.275.599-32, para exercer em caráter efetivo o cargo de MOTORISTA, com 4 (quatro) horas semanais, a partir de 10/02/2015.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, em 10 de fevereiro de 2015.

ALMIR MACIEL COSTA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VÍVIA - PR
DECRETO Nº 8.719, de 10 de fevereiro de 2015.

Examinar, a pedido, Servidor Público Municipal pertencente ao regime jurídico Estatutário, e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VÍVIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o "a" do inciso I do art. 24 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.453/97 e no art. 45, caput, da Lei Complementar nº 014 de 27/03/2008 - Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Coronel Vívica.

Considerando o contrato firmado com o profissional de educação datado de 01/04/2013 (2º contrato);

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido de interessado, conforme requerimento protocolado sob nº 10.281/15 de 10/02/2015, do Cargo Público de Professora Municipal, Andréa Aparecida Degen, portadora da Cédula de Identidade RG nº 12.374, a partir de 10 (dez) dias do mês de fevereiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto contraídas pelas dotações constantes no Orçamento Geral do Município para o exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da exoneração, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vívica, Estado do Paraná, aos 10 (dez) dias do mês de fevereiro de 2015, 12ª da República e 62º do Município.

FRANK SCHIAVINI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VÍVIA, ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 8.719, de 10 de fevereiro de 2015.

Reexaminar, a pedido, Contrato de Trabalho com Profissional de Educação, regime jurídico estatutário e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VÍVIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o "a" do inciso I do art. 24 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.453/97 e no art. 45, caput, da Lei Complementar nº 014 de 27/03/2008 - Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Coronel Vívica.

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido de interessado, conforme requerimento protocolado sob nº 10.281/15 de 10/02/2015, do Cargo Público de Professora Municipal, Andréa Aparecida Degen, portadora da Cédula de Identidade RG nº 12.374, a partir de 10 (dez) dias do mês de fevereiro de 2015, 12ª da República e 62º do Município.

Art. 2º - As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto contraídas pelas dotações constantes no Orçamento Geral do Município para o exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da exoneração, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vívica, Estado do Paraná, aos 10 (dez) dias do mês de fevereiro de 2015, 12ª da República e 62º do Município.

FRANK SCHIAVINI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VÍVIA, ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 8.720, de 10 de fevereiro de 2015.

Examinar, a pedido, Profissional de Educação, regime jurídico Estatutário, desta Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VÍVIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o "a" do inciso I do art. 24 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.453/97 e no art. 45, caput, da Lei Complementar nº 014 de 27/03/2008 - Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Coronel Vívica.

Considerando o contrato firmado com o profissional de educação datado de 01/04/2013 (2º contrato);

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido de interessado, conforme requerimento protocolado sob nº 10.281/15 de 10/02/2015, do Cargo Público de Professora Municipal, Fabiana Rufina, portadora da Cédula de Identidade RG nº 13.104.464-1 SSP/PR, a partir de 10 (dez) dias do mês de fevereiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto contraídas pelas dotações constantes no Orçamento Geral do Município para o exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da exoneração, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vívica, Estado do Paraná, aos 10 (dez) dias do mês de fevereiro de 2015, 12ª da República e 62º do Município.

FRANK SCHIAVINI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VÍVIA, ESTADO DO PARANÁ
DECRETO Nº 8.721, de 10 de fevereiro de 2015.

Examinar, a pedido, Profissional de Educação, regime jurídico Estatutário, desta Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VÍVIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o "a" do inciso I do art. 24 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.453/97 e no art. 45, caput, da Lei Complementar nº 014 de 27/03/2008 - Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Coronel Vívica.

Considerando o contrato firmado com o profissional de educação datado de 13/02/2014;

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido de interessado, conforme requerimento protocolado sob nº 10.281/15 de 10/02/2015, do Cargo Público de Professora Municipal, Andréa Aparecida Degen, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.726.575-9 SSP/PR, a partir de 27 (vinte e sete) dias de fevereiro de 2015.

Art. 2º - As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto contraídas pelas dotações constantes no Orçamento Geral do Município para o exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da exoneração, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vívica, Estado do Paraná, aos 10 (dez) dias do mês de fevereiro de 2015, 12ª da República e 62º do Município.

FRANK SCHIAVINI
Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO SAUDENSE DOS IDOSOS - ASI
CNPJ Nº: 04.361.799/0001-00

Rua Padre Felipe Siers Ruiz, s/nº Centro
Saúde do Iguaçu - Paraná

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA DA A.S.I.

A Associação Saudense dos Idosos - ASI, com sede na Rua Padre Felipe, s/nº, através da sua Diretoria devidamente representada por seu Presidente Sr. SADI BARRIEIRO no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Estatuto da Entidade, CONVOCA todos os Associados para Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 24 de fevereiro de 2015, com início às 14:00 horas em primeira convocação com a maioria dos Associados e em segunda convocação às 14:30 horas com qualquer número de Associados na sede da entidade, com a seguinte ordem do dia:

- Eleição de Contas do Exercício de 2014;
- Prestação da Nova Diretoria e Conselho Fiscal;
- Assuntos Gerais.

Saúde do Iguaçu, 03 de fevereiro de 2015.

SADI BARRIEIRO
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ

Av. Costa e Silva, 121 - Cx. P. 111 - Fone/Fax (41) 3363-7000
CEP 85.065-000 - Palmas - Paraná

PORTARIA Nº 14.587

O Prefeito Municipal de Palmas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na alínea "a" do art. 99 da Lei Orgânica Municipal, e artigo 96 da Lei Municipal nº 1666, considerando o Protocolo nº 108/2015 datado em 20 de janeiro de 2015, resolve

CONCEDER

Art. 1º - Licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares, pelo período de 04 (quatro) anos, a Professora, da Escola Senhorinha Miranda Mendes, lotada no Departamento de Educação, Esporte e Cultura, Sra. Luciane Petyrskoy, portadora do RG nº 2.548.971-4. Inscrição no CPF/MF sob nº 028.059.249-32, a contar de 10 de fevereiro de 2015.

Registre-se, Publique-se e Compre-se.

Prefeitura Municipal de Palmas, Pr., 10 de fevereiro de 2015.

HILÁRIO ANDRASHKO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ

Av. Costa e Silva, 121 - Cx. P. 111 - Fone/Fax (41) 3363-7000
CEP 85.065-000 - Palmas - Paraná

EDITAL 16

O Prefeito Municipal de Palmas, Estado do Paraná, Sr. Hilário Andrashko, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 37, IX, da Constituição Federal, Art. 87 da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os interessados:

Convoca os aprovados (a) nos Cargos Públicos Administrativos Concurso Público conforme Edital de Classificação nº 10/2014, a comparecerem no Departamento de Recursos Humanos no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da publicação deste. O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na desistência.

Candidato	Inscrição	Nota Final	Classificação
Robsony Faria Mario	4093	50,00	9
Edineia Tomaz Geraldo	1711745	50,00	10
Luiz Felipe Padde Dunga	3018	50,00	11
GRISON GERARDO DOS SANTOS	565	50,00	12
Luiz Guilherme Ariado	2005	50,00	13

Palmas - PR, 09 de Fevereiro de 2015

HILÁRIO ANDRASHKO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
ESTADO DO PARANÁ

Av. Costa e Silva, 121 - Cx. P. 111 - Fone/Fax (41) 3363-7000
CEP 85.065-000 - Palmas - Paraná

TERMO ADITIVO Nº 12/2015

Fica concedido reajuste, com respeito na alínea "a" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93, no contrato nº 130/2011, referente ao contrato de prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos e materiais, celebrado entre o Município de Palmas/PR e a empresa POSTO HORIZONTE III LTDA.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD REAJUSTE	VALOR ATUAL R\$	VALOR REAJUSTE R\$
01	GASOLINA COMUM	7.300.217.174	2.949	3.209
02	ÓLEO DIESEL	6.860.706.681	2.405	2.570
03	ETANOL	6.729.943.911	2.229	2.379

CLAUSULA SEGUNDA

As partes obrigam-se ao cumprimento do presente termo, permanecendo inalteradas. E, por assim estarem ajustados, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença dos testemunhos abaixo.

Palmas, 10 de fevereiro de 2015

TERMO ADITIVO Nº 13/2015

Fica concedido reajuste, com respeito na alínea "a" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93, no contrato nº 130/2011, referente ao contrato de prestação de serviços de manutenção e conservação de equipamentos e materiais, celebrado entre o Município de Palmas/PR e a empresa POSTO HORIZONTE III LTDA.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD REAJUSTE	VALOR ATUAL R\$	VALOR REAJUSTE R\$
01	GASOLINA COMUM	7.300.217.174	2.949	3.209
02	ÓLEO DIESEL	6.860.706.681	2.405	2.570
03	ETANOL	6.729.943.911	2.229	2.379

CLAUSULA SEGUNDA

As partes obrigam-se ao cumprimento do presente termo, permanecendo inalteradas. E, por assim estarem ajustados, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença dos testemunhos abaixo.

Palmas, 10 de fevereiro de 2015.

Município de Palmas/PR
Contratante
Tassamarys 1
NOME
RG

POSTO HORIZONTE III LTDA
Contratado
2
NOME
RG

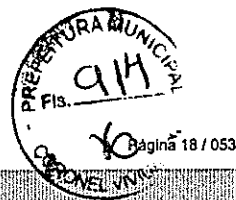
Diário Oficial dos Municípios

do Sudoeste do Paraná - DIOEMS

Quinta-Feira, 12 de Fevereiro de 2015

Instituído pela Resolução 001 de 04 de Outubro de 2011

Ano IV – Edição Nº 0789



CORONEL DOMINGOS SOARES

PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2015 – 11/02/2015

OBJETO: Trata-se de solicitação dos setores de cultura, imprensa, engenharia, infra estrutura, gabinete, educação, ação social, esportes e saúde para contratação de serviços de impressão de fotografias pertinentes aos trabalhos desenvolvidos pela administração municipal, tomando por base o art. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93.

FORNECEDOR: Valdecir Martins dos Reis, Rua Cap. Frederico T. Gulmaraes, 479 - Palmas – PR, CNPJ: 95378980/0001-77.

PRazo DE EXECUÇÃO: 12 meses após ratificação.

CUSTOS: R\$ 5.620,00 (cinco mil seiscentos e vinte reais).

02001 – gabinete do prefeito

04122040102002 – atividades do gabinete do prefeito

02002 – Assessoria de comunicação

04122040102003 – divulgação e publicação de atos oficiais e institucionais

03004 – divisão de patrimônio

04122040202010 – atividades de patrimônio municipal

05002 – divisão de tributação

04123040402014 – atividades de cadastro, tributação e fiscalização

06001 – divisão de desenvolvimento social

08244070102017 – atividades administrativas da ação social

06002 – fundo municipal de assistência social

0243080206018 – manutenção do conselho tutelar

02002 – fundo municipal de saúde

10301100102026 – bloco atenção básica – serviços básicos de saúde

08001 – divisão de ensino fundamental e pré escolar

12361120102033 – manter ações do ensino fundamental – FUNDEB

10001 – divisão de serviços rodoviários

26782260101007 – readequação de estradas rurais

11001 – divisão de engenharia

15452150102044 – manter atividades de obras e urbanismo

12001 – divisão de agricultura e fomento

20606200102045 – atividades de agricultura e fomento

13001 – divisão de meio ambiente

18541180102047 – manter atividades de meio ambiente

ELEMENTOS: 3390390000 – outros serviços de terceiros pessoa jurídica

CORONEL VÍVIDA

PREFEITURA

RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Referente ao Edital: Pregão Presencial nº 01/2015. OBJETO: registro de preços para futuras e eventuais aquisições de gêneros alimentícios a fim de atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar para os Alunos das Escolas Municipais, EJA, Centros Municipais de Educação Infantil, AABB Comunidade e Programa Fonte de Talentos, bem como as demais secretarias e departamentos do Município de Coronel Vívda – PR.

Prazo de registro de preços: 12 (doze) meses, de 10 de fevereiro de 2015 a 09 de fevereiro de 2016.

Contratante: Município de Coronel Vívda.

DETERNORAS:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº	FORNECEDOR	NÚMERO DO CNPJ	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
13/2015	AB SUPERMERCADOS LTDA	81.190.670/0001-10	394.094,50
14/2015	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORONEL VÍVIDA-APAE	80.870.397/0001-01	256.303,00
15/2015	DECARLI SUPERMERCADO LTDA	80.278.005/0001-10	223.965,65
16/2015	EVANDRO CARLOS TOSETTO ME	10.554.912/0001-69	301.346,59
17/2015	H.E. IND E COM DE LATICÍNIOS LTDA	82.197.890/0004-28	274.300,85
18/2015	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	03.612.312/0005-78	2.125,74
19/2015	OVIDIO GAMBIM-ME	07.882.240/0001-08	710.837,25

Coronel Vívda, 10 de fevereiro de 2015. Frank Ariel Schiavini, Prefeito Municipal.

DOIS VIZINHOS

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2015

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE HORAS MAQUINA, AFIM DE ATENDER A SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Credenciamento e Recebimento dos Envelopes:	Dia: 27 de fevereiro de 2015-Hora: até às 15h00min-Horário de Brasília
Início da Sessão Pública:	Dia: 27 de fevereiro de 2015-Hora: às 15h00min-Horário de Brasília

O edital estará à disposição dos interessados no Departamento de Administração, na sede da Prefeitura Municipal e no site www.doisvzinhos.pr.gov.br/servicos/licitacoes. Informações complementares através do fone: (46) 3536 8848 ou (46) 3536 8830.

Dois Vizinhos, 11 de fevereiro de 2015.

Raul Camilo Isotton

Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2015

Objeto:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA.

Credenciamento e Recebimento dos Envelopes:	Dia: 27 de fevereiro de 2015-Hora: até às 16h00min-Horário de Brasília
Início da Sessão Pública:	Dia: 27 de fevereiro de 2015-Hora: às 16h00min-Horário de Brasília

O edital estará à disposição dos interessados no Departamento de Administração, na sede da Prefeitura Municipal e no site www.doisvzinhos.pr.gov.br/servicos/licitacoes. Informações complementares através do fone: (46) 3536 8848 ou (46) 3536 8830.

Dois Vizinhos, 11 de fevereiro de 2015.

Raul Camilo Isotton

Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2015

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE PEDIATRIA.

Credenciamento e Recebimento dos Envelopes:	Dia: 27 de fevereiro de 2015-Hora: até às 13h30min-Horário de Brasília
Início da Sessão Pública:	Dia: 27 de fevereiro de 2015-Hora: às 13h40min-Horário de Brasília

O edital estará à disposição dos interessados no Departamento de Administração, na sede da Prefeitura Municipal e no site www.doisvzinhos.pr.gov.br/servicos/licitacoes. Informações complementares através do fone: (46) 3536 8848 ou (46) 3536 8830.

Dois Vizinhos, 11 de fevereiro de 2015.

Raul Camilo Isotton

Prefeito

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nº 010/2015

Raul Camilo Isotton, Prefeito de Dois Vizinhos, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao Inciso XII, do art. 67 da Lei Orgânica do Município de Dois Vizinhos, visando suprir vaga em seu Quadro Efetivo de Pessoal, CONVOCA o candidato, a seguir relacionado, regularmente aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2014, por ordem de classificação, para o cargo de Operador de Máquina Rodoviária, para comparecer junto ao Departamento de Recursos Humanos, na Prefeitura Municipal, localizada na Av. Rio Grande do Sul, 130, no horário das 08h00 às 11h30 a das 13h30 às 16h30, para entrega da documentação exigida e o encaminhamento aos exames médicos pré-admissionais, no prazo de 10 (dez) dias:

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINA RODOVIÁRIA

NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
Daniel Ribeiro	1º lugar

DOIS VIZINHOS - PR, 10 de fevereiro de 2015.

Raul Camilo Isotton

Prefeito